

KARLA CAROLINE DOS SANTOS SILVA

**BENEFÍCIOS DA INTRODUÇÃO DE ANIMAIS NA VIDA ESCOLAR DE
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JOÃO PESSOA

2013

KARLA CAROLINE DOS SANTOS SILVA

**BENEFÍCIOS DA INTRODUÇÃO DE ANIMAIS NA VIDA ESCOLAR DE
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria de Fátima Camarotti

JOÃO PESSOA

2013

S586b Silva, Karla Caroline dos Santos.

Benefícios da introdução de animais na vida escolar de crianças com deficiência / Karla Caroline dos Santos Silva. – João Pessoa: UFPB, 2013.
44f.

Orientador: Maria de Fátima Camarotti
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação especial. 2. Equoterapia. 3. Cinoterapia. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376-056.26 (043.2)

KARLA CAROLINE DOS SANTOS SILVA

**BENEFÍCIOS DA INTRODUÇÃO DE ANIMAIS NA VIDA ESCOLAR DE
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria de Fátima Camarotti

Aprovado em: 10 / 09 / 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Camarotti – DME/CE/UFPB
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Sandra Santiago – DHP/CE/UFPB
Membro convidado

Prof. Dr. Pedro Jusselino Filho – DFE/CE/UFPB
Membro convidado

Dedico este trabalho ao meu pai (José Carlos),
minha mãe (Maria Lúcia), meu irmão (Danillo),
namorado (Pedro Paulo), e aos meus animais
de estimação (Faduc, Pretinha e Amarela).

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus por ter estado comigo em todos os momentos em que eu estive construindo este trabalho, mesmo quando eu quis desistir, mesmo quando as dificuldades insistiram em aparecer, mesmo quando as dores insistiram em doer.

A Nossa Senhora, que me iluminou e me protegeu para que eu pudesse chegar até aqui. Obrigada meus pais, irmão, namorado e animais de estimação.

À Rita Molla de Souza que foi compreensiva quando precisei para que este pudesse ser construído e concluído.

À professora Fátima Camarotti que me orientou para a conclusão deste, aceitando o meu sonho e meu desafio.

À professora Sandra Santiago que me encaminhou quando e o quanto pôde.

A todos que fizeram parte da turma que iniciou em 2009.2 e obrigada a todas que concluirão em 2013.1, especialmente ao grupo intitulado “Paredão”, amizade para toda vida.

“Crianças e animais são uma combinação natural. Para as crianças com deficiência, esta companhia é particularmente valiosa, pois elas podem ter dificuldades em fazer amizade com crianças da sua própria idade por causa da baixa auto-estima. Animais dão às crianças a oportunidade de se conectar com outro ser vivo, o que é extremamente importante para o desenvolvimento de qualquer criança. Terapias Assistidas por Animais proporcionam uma experiência com um ser que não é crítico e dá carinho incondicionalmente.”

(Animal Assisted Therapy for Special Needs Children)

RESUMO

Esse estudo apresenta uma nova alternativa para o trabalho dos pedagogos na Educação Especial, passando a ser considerada uma estratégia pedagógica que facilita a aprendizagem das crianças com deficiência. O presente trabalho tem por objetivos verificar a existência de benefícios pedagógicos na vida de crianças com deficiência, a partir da introdução de animais em seu tratamento e através de pesquisa bibliográfica e de entrevistas realizadas identificar e expor qualitativamente e descritivamente quais são esses benefícios. Também serão apresentadas, através de depoimentos e relatos, as experiências positivas vividas por pessoas que trabalham com essa temática. As Terapias Assistidas com Animais (TAA) apresentam características e resultados comprovados que serão apreciados por crianças, familiares e por pedagogos. As pesquisas mostram que as crianças com deficiência quando iniciam a TAA passam a ter mais concentração, mais atenção, ficam mais sociáveis e menos agressivas. Já nas entrevistas foi constatado que a presença do pedagogo na equipe multidisciplinar que aplica a terapia é essencial, pois a todo tempo é trabalhada a aprendizagem do usuário. Seria necessário que houvesse uma interação entre escola e a TAA em que todas as possibilidades e limites da criança com deficiência fosse explorado, acontecendo assim uma aprendizagem verdadeira e significativa.

Palavras-chave: Educação Especial. Equoterapia. Cinoterapia.

ABSTRACT

This study presents a rather new alternative to the work of pedagogue in handicapped education to the point of being considered a pedagogical strategy which facilitates the learning of handicapped children. This study has the objective of verifying existence of pedagogical benefits in the lives of handicapped children when an animal is involved in their treatment and through literature research and interviews, identify and expose qualitatively and descriptively what these benefits are. Other people's positive experiences on this theme will also be presented, through testimonies and reports. The Animal-Assisted Therapy (AAT), present features and proven results that will be appreciated by children, their families and educators. Researches show that when handicapped children start AAT, they have more concentration, more attention, are they become more sociable and less aggressive. During the interviews, it was discovered that the presence of a pedagogue in multidisciplinary therapy team is essential because the child would be involved in a learning process all the time. It would be necessary there were an interaction between the child school and AAT, in which all the possibilities and limits of the handicapped child might be explored, resulting into true and meaningful learning.

Keywords: Special Education. Hippo Therapy. Cinoterapia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS.....	12
2.1 Objetivo Geral.....	12
2.2 Objetivos Específicos	12
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
3.1 Políticas Educacionais para Educação Especial.....	13
3.2 Entendendo as terapias	16
3.2.1 Equoterapia.....	20
3.2.2 Cinoterapia.....	21
4 MATERIAL E MÉTODOS	24
4.1 Procedimentos Metodológicos	24
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
6 CONCLUSÃO	33
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE.....	39
ANEXO.....	41

1 INTRODUÇÃO

O interesse em trabalhar com a Educação Especial unida a Terapia com Animais surgiu a partir da necessidade da autora em desenvolver um trabalho da disciplina Educação Especial, no 4º Período do curso de Pedagogia. Durante as pesquisas para desenvolver este trabalho, ficou entendido que os animais podem ajudar os seres humanos, muito mais do que sendo apenas animais de estimação.

A Educação Especial exige do pedagogo, além de muito amor, carinho e paciência, que esteja em sintonia com os mais variados tipos de métodos que possa facilitar a vida escolar de seu aluno. Pensando nisso, uma maneira que vem ganhando cada dia mais adeptos é a Educação Assistida com Animais (EAA), que surge como uma alternativa no auxílio da comunicação, cognição e aprendizagem de seus usuários, especialmente com pessoas e/ou crianças com deficiência.

Por experiência da autora, que cria animais desde muito pequena, foi percebido que estar ao lado de qualquer animal é favorável para a vida das pessoas, uma vez que os animais trazem muitas alegrias e é claro, uma companhia agradável, que não julga por sua aparência. Com uma criança com deficiência ou até mesmo com dificuldades no aprendizado, o animal além das muitas alegrias, igualmente serve de estímulo, para que as crianças se movimentem e sintam prazer em ir à escola para aprender mais, sendo que, seu impulso inicial foi estar próximo ao animal.

O presente trabalho é relevante porque poderá colaborar com pais e professores de crianças com deficiência, pois a partir desse, pesquisas poderão ser realizadas nessa área de estudo, já que, na cidade de João Pessoa-PB, não existem trabalhos relacionando a Pedagogia e a Terapia com Animais, com o intuito de transformar e facilitar de alguma forma a vida dessas crianças.

Pensando pedagogicamente, o benefício da introdução de animais, no tratamento de crianças com deficiência reflete de forma positiva na vida escolar dessa criança?

A importância dessa relação pode ajudar muitas pessoas que se encontram em dificuldade para aceitar um diagnóstico de autismo, por exemplo. Em consequência dos estímulos gerados pelos animais direcionados às crianças com a deficiência, essa pode se desenvolver psicologicamente, cognitivamente,

afetivamente e principalmente socialmente muito mais do que especificava seu diagnóstico.

O trabalho encontra-se dividido da seguinte forma: apresenta uma Introdução, os Objetivos da pesquisa, uma Fundamentação Teórica necessária para os esclarecimentos pertinentes como: Políticas Educacionais para Educação Especial, Entendendo as Terapias, Equoterapia, Cinoterapia. Em seguida são especificados o Material e Métodos, os Resultados e Discussão obtidos, a Conclusão e Considerações Finais, as Referências, Apêndice e Anexo.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Verificar se existem benefícios pedagógicos na vida de crianças com deficiência, a partir da introdução de animais em seu tratamento.

2.2 Objetivos Específicos

- Realizar pesquisa bibliográfica sobre as Terapias Assistidas por Animais (TAA) e Educação Assistida por Animais (EAA);
- Identificar e expor quais são as vantagens pedagógicas em introduzir animais no tratamento de crianças com deficiência;
- Apresentar, através de depoimentos e relatos as experiências positivas vividas por pessoas que trabalham com esse tema.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Políticas Educacionais para Educação Especial

Segundo o portal do Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2008), o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação que envolve vários setores: político, cultural, social e pedagógico, e existe em defesa de que todos os alunos devem estar juntos, sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação. A educação inclusiva constitui uma norma educacional que se justifica na concepção dos direitos humanos que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, ou seja, inseparáveis, e avança em relação à ideia de igualdade formal ao contextualizar as circunstâncias da exclusão dentro e fora da escola.

Visto isso, é possível entender que o MEC tem acordado para as necessidades das crianças com deficiência e estão se preocupando com a educação inclusiva, principalmente no que diz respeito ao bem estar da criança na escola, oferecendo direitos iguais a todas as crianças.

A Declaração de Salamanca – Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais (BRASIL, 1994), afirma que o maior desafio enfrentado pela educação inclusiva é a elaboração de uma pedagogia centrada na criança e que seja capaz de bem-sucedidamente, educar a todas as crianças de maneira igualitária. Ao estabelecer escolas com essa pedagogia é dado um passo importantíssimo no sentido de transformar atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e desenvolvendo uma sociedade inclusiva.

Não apenas o governo deve colaborar para a educação inclusiva, a escola em si, tem em suas mãos uma grande responsabilidade, e precisa se comprometer com a sociedade, com familiares e principalmente com as crianças que atende, pois é na escola que se forma a sociedade e que se aprende a respeitar as diferenças.

Conforme a Declaração de Salamanca,

Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetência escolar (que são tão características de tantos sistemas educacionais) e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento

escolar. Uma pedagogia centrada na criança pode impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças, tão freqüentemente conseqüências de uma instrução de baixa qualidade e de uma mentalidade educacional baseada na idéia de que "um tamanho serve a todos". Escolas centradas na criança são além do mais a base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos. Uma mudança de perspectiva social é imperativa. Por um tempo demasiadamente longo os problemas das pessoas portadoras de deficiências têm sido compostos por uma sociedade que inabilita, que tem prestado mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais de tais pessoas (BRASIL, 1994, p. 4).

No ano de 2003 o MEC implementou o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com a intenção de apoiar a mudança dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que motivou um grande processo de formação de gestores e educadores em todo Brasil garantindo o direito de acesso de todos à escolarização, ao atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (BRASIL, 2008).

A Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, assegura que os Estados-Partes devem estabelecer um sistema de educação inclusiva em ambientes que aumentem o desenvolvimento acadêmico e social adaptável com a meta da plena participação e inclusão aderindo medidas que garantam as pessoas e/ou crianças com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional sob alegação de deficiência e que tenham acesso ao ensino fundamental gratuito e de qualidade, com igualdade de condições com as demais pessoas de seu convívio.

De acordo com portal do MEC, a preocupação com a educação inclusiva é justificada pelo aumento das matrículas, ano a ano, de crianças com deficiência nas classes comuns do ensino regular. O Censo Escolar da Educação Básica de 2008 mostra a porcentagem desse crescimento: de 46,8% passou para 54%. Esse crescimento é justificado por políticas implementadas pelo MEC, que inclui programas de implantação de salas com recursos multifuncionais, de adequação de prédios escolares para a acessibilidade e de formação continuada de professores da educação especial.

A mudança deve sempre está entre as prioridades da escola, pois existe um crescimento significativo a partir do momento em que ela aceita novas alternativas para o atendimento de crianças com deficiência, no documento Política Nacional de

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) afirma que por muito tempo se acreditou que a forma mais apropriada para o atendimento de alunos que apresentam alguma deficiência seria estar com a educação comum e educação especial organizadas de forma paralela, mas esta ideia já foi quebrada, pois no mesmo documento diz que de acordo com estudos realizados no campo da educação e dos direitos humanos é indicada a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial, ou seja, pensar e agir novas possibilidades, que de forma positiva venha a agregar ao currículo já existente e transformar verdadeiramente a educação comum em educação inclusiva.

O portal do MEC declara no documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que a Constituição Federal de 1988 define como um de seus objetivos primordiais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV), e determina no artigo 205 que a educação é um direito de todos, ou seja, absolutamente ninguém deve ser excluído, assegurando o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Já no seu artigo 206, inciso I, firma a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e afirma que é dever do Estado a oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208), também é assim que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, reformulada no ano de 2013 (**Anexo A**), em seu artigo 58. E ainda segundo a LDBEN reformulada, de 2013, esse atendimento deve ser iniciado na faixa etária de zero a seis anos.

Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva. Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infreqüentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças (BRASIL, 1994, p. 5).

São objetivos da Política Nacional de Educação Especial e assegurado na LDBEN 12.726 de 2013: garantir acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares assegurando que tenham entre outros: atendimento educacional especializado, formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar, acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação, isto é, são direitos que muitas vezes existem apenas no papel, pois os pais ou responsáveis desconhecem e por isso comprometem a educação dos filhos.

O que se deve ser feito pelos sistemas de ensino, segundo mesmo documento citado acima, é elaborar condições de acesso aos espaços, aos recursos e a comunicação de tal forma que beneficie a aprendizagem e a valorização das diferenças de maneira que atenda as necessidades educacionais de todos os alunos.

Já o Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 define em seu Art. 3 como objetivos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que a criança com deficiência mantenha paralelamente ao AEE ações da educação especial na rede regular de ensino, que se ofereçam condições para o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que subtraia barreiras no processo de ensino e aprendizagem, e que se assegure a existência de “condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino” (BRASIL, 2011).

Em todos os aspectos, as crianças com deficiência estão asseguradas, são políticas específicas, leis e decretos que garantem que o atendimento especializado deve acontecer tanto na escola quanto nos AEE, facilitando assim a aprendizagem, a socialização e a evolução dessa criança, sem nenhum comprometimento ao seu desenvolvimento.

3.2 Entendendo as terapias

A partir do princípio da humanidade, a relação humano-animal existe e beneficia ambas as partes, logo, a afetividade encontrada na criança para com o animal é extremamente natural. Segundo Vaccari e Almeida (2007), desde os

primórdios, o homem primitivo já convivia com animais. Os cães os ajudavam na proteção territorial e das cavernas, além de ajudar nas caçadas. Hoje, esta relação homem-animal vai além da segurança, pode se tornar uma necessidade psicológica.

É comum encontrar crianças interagindo e por vezes até conversando com animais, liberando suas angustias e medos. Os animais por sua vez, retribuem com atenção e o carinho que a criança precisa no momento. Vaccari e Almeida (2007) afirmam que “[Os animais] Servem de apoio durante as crises familiares, oferecendo consolo quando os adultos estão envolvidos com seus próprios problemas e assuntos”. Mascarenhas (2010) declara que “Quando estas crianças sentem um desconforto interno ou se sentem sozinhas, buscam um apoio emocional (encarando o animal como alguém que ouve, protege e acalma) e procuram a sua companhia.”

Na criança com deficiência a sensação pode ser ainda mais intensa, pois ela precisa de uma atenção redobrada, sem julgamentos e com o máximo de carinho possível. Vaccari e Almeida (2007) asseguram que além dos efeitos psicológicos, os animais podem trazer benefícios fisiológicos para as pessoas. Constatou-se que ao interagir com seus animais, falando, acariciando ou manuseando, existe, nas pessoas, uma diminuição da frequência cardíaca e da pressão arterial, atingindo valores melhores do que observados em pessoas que se encontram em repouso.

Para entender o termo “pessoa com deficiência”, a ONU na [Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência](#) universalizou a seguinte definição:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2010, p. 24.)

Nesse sentido, é preciso ajudar a desenvolver as capacidades da criança com deficiência é que foi criada a TAA, pois é sabido que a criança tem afinidade com os animais, muitas vezes maior do que com outra pessoa, principalmente sendo esta uma pessoa adulta e inicialmente a TAA seria utilizada apenas abordando a parte clínica da criança. É observado que ao iniciar o tratamento com o animal a criança passa a utilizar-se menos de analgésicos e antidepressivo. Inclusive os movimentos do indivíduo passam a melhorar, pois o animal “pede” que se tenha maior movimentação dos membros.

Thigpen, Ellis e Smith (2005, apud CAPOTE, 2009) afirmam que anexar animais ao tratamento de crianças com distúrbios emocionais e comportamentais pode ser um recurso usado para aumentar as habilidades intelectuais.

Segundo Silva (2011), a terapia que é mais conhecida e utilizada nos dias de hoje é a Equoterapia que consiste em uma terapia que acontece com o auxílio de um cavalo em um haras e com uma equipe capaz de atender determinado público e que igualmente ajuda a criança com deficiência a desenvolver-se psicologicamente e socialmente, essa terapia trabalha principalmente o equilíbrio e a autoconfiança do indivíduo.

A terapia que acompanha esses pensamentos e objetivos e que acontece dentro da escola ou realizada para fins educacionais é a Educação Assistida por Animais (EAA) e junto com o nome muda-se também alguns dos objetivos a serem alcançados. Na EAA as visitas à escola são desenvolvidas de forma lúdica e transformam o momento em algo prazeroso no qual o professor e seu(s) aluno(s) se juntam ao animal de estimação de modo que o animal seja veículo de mudança de comportamento social, psicológico e também uma maneira positiva da criança desenvolver as atividades diárias sem cansar ou pelo menos prolongar o tempo de produção diária. O animal é capaz de proporcionar na criança sensações benéficas e favoráveis fazendo com que em qualquer situação a criança se torne menos entediada e a atividade junto ao animal se tornará menos enfadonha. Lembrando que, essa atividade pode ser feita com muitas espécies de animais, como coelho, pássaro, cavalo, gato e cachorro.

Silva (2011) alega que a EAA é focada e desenvolvida para promover a saúde física, emocional e/ou funções cognitivas dos seus usuários. É um processo que tem seus procedimentos e metodologias documentados, planejados, tabulados, medidos e têm seus resultados avaliados. Com a intenção de atingir os objetivos do programa, todos os processos da terapia são verificados e reavaliados. Ela ainda deixa claro que a EAA pode ser desenvolvida em grupo ou de forma individual.

Existe ainda a Cinoterapia que de acordo com o site do Projeto Pêlo Próximo é uma abordagem terapêutica em que os cães agem como co-terapeutas no tratamento físico, psíquico e emocional de pessoas com deficiência. Profissionais da saúde e educação acreditam cada vez mais no cão como reforçador, estimulador e facilitador na reabilitação e na reeducação dos usuários. O animal ajuda na

realização de algumas atividades, auxiliando o equilíbrio, a fala, a expressão de sentimentos, a imaginação e o autoconhecimento (PROJETO PÊLO PRÓXIMO, 2013).

Pesquisas constatarem que quando professores receberam animais em sua sala de aula, observaram que o efeito foi tranquilizante nos alunos, principalmente aqueles que demonstravam dificuldades comportamentais e de aprendizagem, melhorando a concentração, o comportamento, reduzindo o estresse e melhorando a auto-estima, é o que afirma Oliveira (2007) em seu trabalho “Cinoterapia: Benefícios da interação entre crianças e cães”. Observou-se também que a participação de crianças mais tímidas aumentou, comprovando assim que o convívio com cães traz inúmeros benefícios emocionais, cognitivos, afetivo e social às crianças.

Martins (2005) apud Dotti (2005 apud CAPOTE 2009) verificou que ao introduzir animais nas escolas, como o escargot, foram alcançados benefícios afetivos, sociais, terapêuticos e de aprendizado para crianças com/ou sem deficiência (síndrome de down, autismo, paralisia cerebral e hiperatividade). Constatou-se ainda que os objetivos foram alcançados mais rápidos do que quando faziam uso de jogos, músicas e gravuras. Em pesquisas com escargot e crianças autistas, foi observado e relatado que as crianças criaram um sistema de comunicação por meio de gestos e mímicas direcionadas ao escargot.

Esse exemplo indica que independente do animal, as consequências da introdução de animais na escola, são absolutamente positivas, até mesmo um animal que pode ser considerado por alguns asqueroso pode contribuir para o desenvolvimento de uma criança, tenha ela alguma deficiência ou não.

A organização Educa Mais (2013) afirma que um estudo realizado com crianças entre os três e os dez anos comprovou que as crianças que convivem com cães são mais afetuosas, possuem um menor grau de agressividade e também favorece os relacionamentos sociais da criança.

É importante colocar, principalmente aos pais para que não haja receio, que os animais usados nas terapias são obrigatoriamente avaliados por médico veterinário. Vaccari e Almeida (2007) afirmam que eles devem obrigatoriamente acatar as exigências de saúde animal, sendo avaliados, reavaliados e monitorados.

Os animais são testados quanto ao comportamento, obediência, socialização e aptidão, passando por reavaliações frequentes.

3.2.1 Equoterapia

A Equoterapia é um recurso terapêutico e educacional que envolve profissionais da saúde, educação e equitação e que procura melhorar o desenvolvimento psicossocial de pessoas com deficiência. A Associação Nacional de Equoterapia (ANDE) (2013) afirma, em sua página na internet, que o cavalo promove ganhos físicos e psíquicos e demanda a participação do corpo inteiro, cooperando assim com o desenvolvimento da força muscular, relaxamento, conscientização do próprio corpo e aperfeiçoamento da força muscular e do equilíbrio.

O Pratique Equitação Terapêutica (PET) (2013) sustenta a ideia que a Equoterapia foi reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina no ano de 1997 e que a terapia pode ser aplicada em diversos casos, desde que haja uma avaliação clínica pelos médicos do paciente e pelos médicos da equipe que irá atendê-lo na Equoterapia.

Ainda de acordo com o site citado acima, o cavalo é utilizado como instrumento de trabalho e que com seu movimento rítmico e preciso pode ser comparado à ação da pelve humana no andar permitindo estimulações sensoriais, olfativas, visuais e auditivas. A técnica tem o objetivo de proporcionar ao usuário o desenvolvimento de suas potencialidades, integrando-o à sociedade e proporcionando-o benefícios físicos, psicológicos, educativos e sociais. Durante as sessões deve ser estimulada a autoconfiança, autoestima, linguagem, orientação espacial e temporal, memória, percepção visual e auditiva, direção e vários outros aspectos.

Para Mendes

[...] todos esses fatores associados durante o trabalho desenvolvido na Equoterapia, o praticante é motivado e estimulado a adquirir novos conhecimentos e a manter todos os seus sentidos ativados, o que o prepara para um melhor aprendizado da leitura, escrita e matemática (MENDES, 2008).

Conforme o PET (2013) nem todos os casos atendidos na Equoterapia exigem que o paciente seja deficiente. As patologias podem ser diversas e vão desde problemas posturais à Doença de Parkinson, passando por variadas síndromes e problemas cardiovasculares e respiratórios. Já Limas (2013) alega que problemas escolares também podem ser tratados com a Equoterapia tais como: distúrbio de atenção, percepção, fala, linguagem e hiperatividade.

Fatores que favoreçam a capacidade de concentração e memória para que haja a aprendizagem é o que faz com que a Equoterapia se torne um aliado do professor e da escola, é o que garante Mendes (2008), a Equoterapia exige do usuário/aluno praticante atenção e concentração durante trinta minutos em que ocorre a sessão e isso faz com que o usuário/aluno estando atento possa aprender e guardar um determinado conteúdo na memória para utilizar posteriormente.

De acordo com a Organização Equoterapia (2013), “A Equoterapia pode ser considerada um conjunto de técnicas reeducativas e reabilitativas que atuam para superar danos sensório-motores, cognitivos e comportamentais”, assim sendo, a terapia com cavalos se torna mais um instrumento facilitador que o professor pode utilizar para favorecer a concentração, aprendizagem e socialização dos seus alunos com deficiência.

Brito (2013) afirma que a partir das comprovações da eficácia da equoterapia junto à pedagogia, justificam que tê-la como coadjuvante no currículo escolar, beneficiará substancialmente as crianças com alguma deficiência, funcionando como mediadora e facilitadora no acompanhamento pedagógico.

3.2.2 Cinoterapia

Esta é a forma de terapia que utiliza o cão como terapeuta. Segundo as doutoras Martins (médica psiquiátrica) e Beerends (pedagoga) (2013) essa terapia pode ser aplicada em qualquer ambiente, desde que seja um ambiente restrito, tranquilo tanto para o usuário quanto para o cão e deve estar presente apenas o terapeuta, o cão e o usuário, apenas em alguns casos existe a necessidade de algum parente do usuário durante a terapia. Também é imprescindível que aconteça em um ambiente com um mínimo de atrativos para o usuário e para o cão e que seja

positivo para os dois. Quando o cão está presente em um ambiente a criança se expõe de tal maneira que a convivência (social) e o entendimento (aprendizagem) são facilitados é o que garante Jacques (2013).

De acordo com Martins e Beerends (2013) o tempo de contato entre cão e usuário não pode exceder o limite de 20 minutos, para que o usuário não perca o interesse pelo cão. Respeitam-se os limites dos usuários, pois, em casos que este esteja ansioso na presença do animal, a apresentação do cão deve ser dada aos poucos, gradualmente, podendo ser interrompida caso a tensão aumente.

Martins e Beerends (2013) ainda ressaltam a importância de adquirir a confiança total do usuário e para isso todo o processo da terapia é explicado durante a terapia, com linguagem de fácil entendimento pelos usuários.

São benefícios da Cinoterapia, segundo Jacques (2013):

- ✓ Diminuição da pressão sanguínea e frequência cardíaca;
- ✓ Calmante e anti-depressivo;
- ✓ Melhora do sistema imunológico;
- ✓ Estímulo da interação social;
- ✓ Melhora da capacidade motora;
- ✓ Diminui quantidade de medicamentos utilizada;
- ✓ Melhora a auto-confiança e auto-estima.

Além desses é possível destacar outros benefícios e vantagens em se ter um animal como facilitador, ainda em conformidade com Jacques (2013) crianças agressivas podem aprender a treinar um cão utilizando reforço positivo, assim, ela aprende que com o carinho e recompensa é possível fazer com que outro ser vivo faça o que ela quer e a partir disso transferir esse comportamento para os humanos, diminuindo a agressividade. Uma professora pode levar um cão para dentro de sua sala de aula ou pedindo que os alunos dêem uma volta pela escola com o cão transformando a aula em momentos prazerosos. Os efeitos na auto-estima, na coordenação motora e nas habilidades sociais de crianças deficientes que tem um ser vivo em sua responsabilidade, que dependa de seus cuidados e de seu amor são impressionantes.

É possível perceber que essa relação traz inúmeros benefícios na vida dessas crianças. Quando comprovado que, a partir do cão, a criança tem mais atenção, significa que na escola terá atenção equivalente, significa que com uma maior atenção, as chances de ela aprender e/ou assimilar algo será maior.

Na cidade de João Pessoa, essa terapia acontece à cerca de três anos na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e em parceria com o canil da Polícia Militar da Paraíba (PMPB).

De acordo com site da PMPB (Governo da Paraíba, 2012) a Cinoterapia acontece todas a terças-feiras e tem como usuários da terapia crianças com TGD (Autismo, Asperger, Rett) ou Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade. São comprovadas as melhorias no comportamento e na concentração das crianças que fazem uso da Cinoterapia. Também funciona como estímulo no processo de aprendizagem, de comunicação, promove a confiança e desenvolve senso de responsabilidade na criança deficiente.

Conforme a APAE Arapongas (2013) toda a terapia deve ser documentada e avaliada constantemente.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Esse trabalho se apresenta como uma pesquisa Bibliográfica, que segundo Lakatos e Marconi (2003) consiste em uma pesquisa que engloba toda e qualquer bibliografia já tornada pública sobre o tema estudado, incluindo materiais impressos e até as comunicações orais. Para Manzo (1971, apud LAKATOS; MARCONI, 2003), uma bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se definiram suficientemente.

O trabalho também apresenta atributos de pesquisas descritivas que, conforme Gil (2002) tem como objetivo principal “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Foi realizada uma entrevista para poder colher dados sobre os tipos de terapias com crianças com deficiência. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a entrevista acontece entre duas pessoas com a intenção de que uma delas obtenha informações a respeito do assunto explorado. A entrevista estruturada, ainda de acordo com as mesmas autoras, é aquela em que há um roteiro previamente estabelecido, e que se buscam respostas para as mesmas perguntas, fazendo uma comparação ou equiparação entre as respostas das pessoas amostradas.

Apresenta também aspecto de uma pesquisa qualitativa que conforme Lakatos e Marconi (2004) preocupa-se em averiguar e explicar os aspectos mais profundos, descrevendo características do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc, que após analisados puderam esclarecer os questionamentos da pesquisa.

4.1 Procedimentos Metodológicos

Iniciou-se a pesquisa a partir da busca, junto a Prefeitura Municipal de João Pessoa, da introdução de animais em tratamento, fazendo uso da Educação Assistida por Animais (EAA) e por esta compreensão, apurando se alguma escola dessa rede de ensino apresentava a terapia.

Em seguida aconteceu a fase da pesquisa bibliográfica. Essa se desenvolveu em duas etapas: na busca de material sobre as Políticas para Educação Especial e na busca de material já publicado sobre o tema Terapia com Animais. Ao ler cada material, trabalhou-se separando e estudando o que deveria ser exposto, ou seja, o que julgou ser essencial para compor esse.

Foi nessa fase que a autora descobriu que a Cinoterapia acontecia na cidade de João Pessoa, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Ao fazer essa descoberta se iniciou uma peregrinação para que pudesse ser feita uma pesquisa de campo, com observação e aplicação de questionários. A autora esteve presente na APAE por três vezes. A primeira vez, para saber o que seria preciso para fazer a pesquisa dentro da Associação. Com essa informação e junto com a orientadora, foi produzido o primeiro ofício. A segunda vez foi para levar esse ofício pedindo a colaboração dos envolvidos na terapia e para que pudesse ser desenvolvida a pesquisa no local. A terceira e última tentativa foi com um novo ofício e uma carta de apelo explicando os motivos para a insistência em desenvolver a pesquisa na Associação. Os esforços não surtiram efeito e nesse caso não foi desenvolvido um trabalho de campo na APAE.

Existiu também uma busca pela Associação Paraibana de Equoterapia e em uma conversa informal com a presidente da Associação, o pedido para que os relatórios e o projeto inicial da Equoterapia aplicada ali fossem disponibilizados para uma pesquisa documental.

Ao terminar essa peregrinação, foi continuada a pesquisa bibliográfica, enfatizando sempre, a importância de o pedagogo estar presente na equipe multidisciplinar que aplica as terapias com animais, buscando comprovar diante de fatos, relatos e depoimentos a evolução pedagógica das crianças com deficiência que são usuárias dessas terapias.

Por fim, houve um contato e a realização de entrevistas com Policiais Militares (PM) que auxiliam na aplicação das terapias com cavalos. Foi realizada entrevista com uma psicopedagoga e uma enfermeira com o questionário preparado (Apêndice A). Para a Cinoterapia houve uma tentativa de entrevistar um Cabo que atua na APAE, junto à equipe da Associação, mas a entrevista não foi realizada na APAE e sim no Canil da PM. Nesse caso a Equoterapia é aplicada exclusivamente com crianças autistas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa em escolas do Município de João Pessoa, foi constatado que nenhuma escola faz uso das terapias com animais, apenas alguns alunos com deficiência regularmente matriculado têm incluído em seu tratamento a Cinoterapia na APAE, desde que estando de acordo com os critérios para ingresso na Associação. Deixando claro que não são todos, mas apenas aqueles que se enquadram nos padrões da terapia, segundo a APAE.

Infelizmente, a APAE apesar de um trabalho belíssimo realizado, não concordou em abrir suas portas para que a autora fizesse uma pesquisa de campo, com observação, aplicação de questionários com pais ou familiares e com os funcionários da Associação que aplicam a terapia e acesso aos documentos que comprovam os benefícios da Cinoterapia. Os três ofícios enviados e até uma carta de apelo, foram negados. Segundo a APAE, a justificativa para negar é de que não havia nenhum pedagogo trabalhando com a terapia, inviabilizando a pesquisa.

Na Associação Paraibana de Equoterapia, na conversa informal com a presidência foi relatado o não entendimento do pedido e ainda que não existia um projeto para a realização da Equoterapia, impedindo assim que a autora tivesse acesso a tal documento, já que não existe.

Já na pesquisa bibliográfica a autora também encontrou algumas dificuldades, principalmente no sentido de que a grande maioria dos estudos realizados sobre esse tema está relacionada à área de saúde e pouquíssimos ligados à educação, mas é quase impossível falar em educação especial e não interligar com saúde.

São inúmeros os benefícios à saúde da criança com deficiência que tem acesso a essas terapias, é comprovado que existe uma diminuição do estresse, das dores e em consequência disso, há uma diminuição dos remédios e das dosagens que as crianças necessitam tomar diariamente. Na Equoterapia, por conta do andar do cavalo, as crianças que tem dificuldade de andar ou que por causa da deficiência, tem uma postura que o prejudica, a postura pode ser corrigida aos poucos.

A associação da educação inclusiva à Equoterapia possibilita inúmeros ganhos para a criança com deficiência. A função motora, a atenção, memorização e a concentração são benefícios que a Equoterapia trás e que estão diretamente ligados à educação, já que essas funções citadas acima são algumas das

necessárias para construir a aprendizagem. São ganhos que o pedagogo e a escola regular não podem ignorar.

No caso da terapia com cães, as crianças ficam mais felizes e também sentem os mesmos efeitos citados acima, só que neste caso os exercícios são voltados para que a criança faça um esforço para tocar o cão, acariciar, pentear e com isso a fisioterapia é feita de uma forma que não é sentida pela criança. A evolução conseguida nesses tratamentos são absolutamente incríveis.

[...] Resultados de diferentes estudos demonstraram que a TAA pode promover a saúde física através de três mecanismos básicos que incluem a diminuição da solidão e da depressão; diminuindo a ansiedade, os efeitos do sistema nervoso simpático e aumentando o estímulo para prática de exercícios. (FRIEDMAN 1990 apud MACHADO et al., 2008, p. 3)

Ainda na pesquisa bibliográfica foi possível constatar a importância da presença dos animais para a evolução pedagógica de crianças com deficiência.

Fabrin (2011) relata que

A Cinoterapia contribui para a elaboração de novos conceitos em todos os níveis da educação especial, sexo, idade e público não somente para os educandos, mas também para os familiares e profissionais da equipe multidisciplinar envolvidos. Trabalhando com pessoas, animais, objetos, mas respeitando cada qual e assim desenvolvendo uma metodologia para ensinar os conceitos universais para dar significado às atividades desenvolvidas com todos e para todos, seja no âmbito educacional ou ainda terapêutico. É por isso que a Cinoterapia é uma atividade carregada de possibilidades, harmonizando experiências e significações, permitindo o equilíbrio entre o sentir, o pensar e o fazer. Seu papel é desenvolver pensamentos superiores com todos os indivíduos, possibilitando o desenvolvimento global do sujeito e ampliando seus conceitos científicos (FABRIN, 2011).

Martin e Farnum (2002, apud CAPOTE 2009) efetuaram estudo com 10 crianças com idade mental entre dois e seis anos, com diagnóstico de Síndrome de Asperger (espectro autista), autismo e outras sem diagnóstico específico. Foram 45 sessões individuais, cada sessão com aproximadamente 15 minutos de duração, realizadas três vezes por semana, em três situações diferentes: com uma bola, com cachorro de pelúcia e com um cão. No estudo, foram analisados dois tipos de comportamento, o gestual (responder com a cabeça, olhar para o pesquisador, para o objeto, tocar, etc) e o verbal (responder questões com sim ou não, murmúros,

chorar, sorrir, repetição, etc). A interação com cães parece ter trazido benefícios: as crianças sorriam mais, brincavam e tinham mais atenção. Empolgavam-se mais em conversas sobre cães. Os animais tiveram a função de manter o interesse e o foco das crianças e com isso elas olhavam menos ao redor e até iniciavam conversas.

Durante a pesquisa foi encontrado um filme que trata do assunto, houve um destaque: “After Thomas” (2006), que conta a história verídica de um menino com seis anos, com autismo severo, de nome Kyle, que comprometia desde sua fala, pois tinha um vocabulário mínimo, até o simples fato ir ao banheiro, fazendo uso de fralda descartável. Até que sua avó tem a brilhante idéia de dar um cachorro a Kyle, na tentativa de tirá-lo do silêncio individual que vivia.

A partir da introdução do Thomas (cão da raça Golden Retriever) na vida de Kyle, tudo mudou! A comunicação com os pais acontecia através do Thomas, pois diversas vezes o pai disfarçava sua voz, para que o Kyle pensasse que era o Thomas quem falava e assim conseguia fazer com que Kyle o escutasse e obedecesse, já que tudo que era falado em nome do Thomas se tornava aceitável. Kyle Passou a sorrir e a interagir com pessoas, mesmo que não fizessem parte do seu convívio diário. As crises que antes eram frequentes diminuíram e seu envolvimento na escola era comemorado a todo tempo por professores e pela família.

Aos 17 anos Kyle estava na faculdade e estudava o Desenvolvimento Infantil. Nesse caso, toda a evolução do menino, em todos os sentidos, aconteceu após a introdução do cão no convívio diário dele.

No artigo de Oliveira (2007) se destacaram duas histórias. A primeira sobre uma equipe de voluntários que leva cães para visitar um abrigo para crianças e adolescentes com deficiência, de nome Lar Maria de Lourdes, na cidade de Jacarepaguá-RJ. Esta equipe leva filhotes da raça Pit Bull para passar uma tarde brincando com as crianças e relatam que até as que tem bastante dificuldade em falar ou se mexer, quando estão diante dos cães, fazem um esforço fenomenal para chegar perto deles, alguns fazem sinal com a mão chamando os cães para perto, outros gritam “au-au”, ou seja, aquela ocasião em que os cães estão lá se torna especial e um momento de superação para as crianças e adolescentes.

A segunda história é a relatada pela psicóloga Alessandra Martins em entrevista a Oliveira (2007), ela conta que conheceu uma criança com paralisia

cerebral, deficiência mental moderada, extremamente deprimida e uma significativa atrofia nos membros superiores, ao ponto de não conseguir segurar uma colher para comer. A partir da introdução do cão em seu tratamento, após algumas sessões a criança já estava conseguindo abraçar o cão, e a cada sessão se esforçava mais para esticar os braços para fazer contato com o animal. Também foi relatado que o humor e a motricidade da criança melhoraram, o relacionamento com os familiares, que participavam das sessões, igualmente evoluiu. Neste caso é possível observar as melhoras significativas desta criança, desde que o cão passou a fazer parte de seu tratamento, houve uma evolução motora, o quadro de depressão foi suspenso e a interação da criança com a família foi melhorado.

Brito (2013) relata que conheceu um menino com paralisia cerebral chamado Yuri, que no ano de 1990 estava na extinta 5ª série e que havia chegado ali graças a todos os esforços de seus pais para mantê-lo na escola, adaptando lápis, carteira e pedindo que a escola e os professores não excluíssem ou subestimassem seu filho. No ano de 1991, quando Yuri completou 10 anos, foi sugerido que iniciasse um tratamento pouco conhecido na época: a Equoterapia. O quadro motor de Yuri apresentava dificuldades que comprometia a sua marcha, apresentava um andar claudicante e pés em equinismo¹, babava e não articulava as palavras, o que dificultava a compreensão dos professores. Com as sessões da Equoterapia foi observado que o corpo de Yuri ganhava força, equilíbrio e se alinhava com a coluna do cavalo. Também foram observados desempenhos na fala e avanços no raciocínio. Yuri foi mudando de séries e era possível perceber a alegria dele em praticar a Equoterapia. No ano de 1993 a Equoterapia passou a ser sua única terapia e aos poucos Yuri ia se tornando um cidadão comum, superando todos os limites. Yuri se tornou independente, fez várias conquistas sendo as mais significativas: estar se formando no curso de Publicidade e Propaganda na União Metropolitana de Educação (UNIME) e trabalhar a sete anos na Petrobrás. A evolução de Yuri por causa da Equoterapia é impressionante, pois seu total desenvolvimento (fala, cognição, andar) se deu através da terapia, ao ponto de abandonar outras terapias e se dedicar exclusivamente a esta.

¹ Deformação congênita ou adquirida do pé que se encontra em hiperextensão máxima e faz lembrar o casco de um cavalo.

O conhecimento desses relatos é importante para esse trabalho, pois é possível observar o progresso dessas pessoas devido a introdução dos animais e das terapias com eles. A vida, a saúde, a alegria, os avanços escolares são bastante significativos e ricos.

A psicopedagoga “P” que respondeu a entrevista (**Apêndice A**) trabalha com a Equoterapia há quatro meses e afirmou que antes não tinha muito conhecimento sobre a terapia e que hoje além do conhecimento tem experiência e que percebe todos os benefícios que a terapia com cavalos proporciona aos praticantes. Quanto à reação da criança diante do cavalo varia de criança para criança, algumas se sentem inseguras e resistentes no início e após algumas sessões esta sensação se vai, enquanto outras aceitam bem desde o primeiro contato. Sobre o comportamento social das crianças que são usuárias da terapia “P” diz que estas crianças passam a interagir melhor com pessoas da família e conhecidos, passando também a ter uma melhor aceitação com pessoas que são estranhas a elas, ou seja, apresentam um bom relacionamento social.

“P” assegura que são consideráveis os benefícios quanto ao cognitivo da criança e que toda a evolução é apresentada a cada sessão. Ela alega não ter ainda conhecimento sobre o desenvolvimento escolar dos praticantes do Centro de Equoterapia em que trabalha, mas considera necessária a associação da Equoterapia as Escolas Regulares, principalmente para crianças que apresentem comportamentos considerados diferentes e inadequados, dificuldades de aprendizagens, dificuldades de relacionamentos, dentre outros.

Sobre a Equoterapia ser essencial ao tratamento das crianças com deficiência “P” declara que sim, é essencial, pois

A Equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo, proporcionando ao praticante o desenvolvimento biopsicossocial, desencadeando respostas positivas e benefícios múltiplos nos aspectos físicos, cognitivos, emocionais e comportamentais, e em se tratando de pessoas com deficiências todos os benefícios proporcionados através da prática equoterápica, propicia empoderamento aos mesmos refletindo positivamente na autoestima e na qualidade de vida dessas pessoas (P em entrevista concedida a autora, 2013)

Quanto à presença do pedagogo no processo da terapia “P” garante que para que a Equoterapia aconteça, é necessário o trabalho de uma equipe interdisciplinar, podendo ser encontrados saberes da Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Pedagogia e Psicopedagogia, Terapia Ocupacional e Equitação e que a importância do pedagogo não é diferente das outras citadas e que sua presença só iria enriquecer o trabalho realizado.

A segunda entrevista realizada foi com uma enfermeira “E” que aplica a Equoterapia há quatro anos. Ela afirma que antes de conhecer a fundo, a Equoterapia para ela era apenas uma terapia com cavalos, atualmente observa que é um método terapêutico complementar que utiliza o cavalo como instrumento biomecânico reeducativo, dentro de uma abordagem interdisciplinar que proporciona ao praticante ganho físico e psicológico. “E” assegura que tudo muda no momento em que o praticante entra em contato com o equino e que inicialmente o cavalo representa um novo problema que terá de lidar, e aos poucos o praticante aprende a maneira correta para que o animal aceite seus comandos, segundo ela esta relação contribui para o desenvolvimento da auto confiança e da afetividade.

Na questão social “E” certifica que

A Equoterapia é capaz de diminuir a agressividade, tornar o praticante mais sociável, facilitando a construção de amizades. O praticante aprende a diferenciar significados importantes ou não quando é estimulado corretamente, promovendo melhor autopercepção, como exemplo: ajudar e ser ajudado, encaixar as exigências do próprio indivíduo as necessidades do grupo, aceitar as próprias limitações e as limitações do outro. Apesar de a montaria ser uma atividade individual, normalmente encontram-se outras pessoas no picadeiro, como também, o encontro do outros praticantes no início e no final de cada atendimento. Unidos pelo amor ao cavalo e por uma experiência comum a montaria formam um alicerce sólido para serem feitas aproximação e boas amizades. Eles desenvolvem interesse entre si em aprender mais sobre cavalos e como cuidar deles, despertando respeito e amor aos animais. (E em entrevista concedida a autora, 2013)

Segundo “E” toda a parte cognitiva da criança é estimulada através de jogos e atividades recreativas durante as sessões de Equoterapia como, por exemplo, memória (visual, auditiva, cinestésica), atenção (visual e auditiva), concentração, organização e orientação espacial e temporal, ritmo, lateralidade, direção, análise e

síntese, associação de ideias, figura-fundo, raciocínio lógico, compreensão, sequencia lógica, organização do pensamento, cor, forma.

As informações sobre o desenvolvimento escolar nunca foram coletados formalmente pelo Centro de Equoterapia que “E” trabalha, apenas declarações verbais feitas pelos pais dos praticantes que dizem que há um certo desenvolvimento escolar após o início da terapia com cavalos. Mas ainda sobre este questionamento “E” deixa claro que “a Equoterapia propõe aos praticantes, novas experiências e situações ricas em desafios, que contribuem para o desenvolvimento e aprimoramento de suas potencialidades na aprendizagem”. “E” alega que deveria existir uma parceria entre escola (pedagogos) e a equipe multidisciplinar equoterapeutica.

Sobre a essencialidade da Equoterapia no tratamento da criança com deficiência “E” deu a seguinte declaração:

Equoterapia como método de reabilitação global, sendo utilizada na reeducação funcional das alterações das alterações seja físicas ou psíquicas, trabalhando a parte motora, aspectos sociais, orgânicos e afetivos, cumprindo desta maneira os objetivos da terapia que é trazer o individuo mais próximo dos “padrões normais”. Onde um dos aspectos mais importantes desse tratamento é o que conscientiza o praticante de suas capacidades deixando para trás suas incapacidades. Nesta terapia o praticante tem a capacidade de vivenciar muitos acontecimentos ao mesmo tempo no qual as ações, informações e reações são numerosas, chegando a desfrutar das emoções e sensações que tem direito. Dessa forma são capazes de criar motivos suficientes para que eles próprios descubram novas formas de condutas que possam dirigir os seus objetivos, criando dessa forma vínculos de interdependência, pois quem se segura em cima de um cavalo, com certeza pode almejar independência maior, isso se chama autonomia.

Com relação necessidade da existência do pedagogo durante as terapias “E” afirmou que existe sim esta necessidade, uma vez que a Equoterapia trabalha também a aprendizagem do praticante.

Infelizmente a entrevista que seria realizada com o Cabo da PM não foi realizada, pois o horário do mesmo era incompatível com o da autora, e, aconteceram apenas algumas conversas por telefone em tentativas de marcar a entrevista, mas foi impossível de se realizar.

6 CONCLUSÃO

O documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) afirma que os sistemas de ensino devem organizar condições de acesso que favoreçam a promoção da aprendizagem, para isso é preciso rever as práticas na Educação Especial e criar alternativas para facilitar a vida dos alunos, as TAA deveriam ser consideradas na hora de se construir o Projeto Político Pedagógico (PPP), pois além das alegrias que o animal pode dar às crianças, os resultados apresentados neste trabalho comprovam que pedagogicamente existem diversos benefícios causados pela interação criança-animal.

Seria necessário que houvesse uma interação entre escola, Cinoterapia e/ou Equoterapia (dependendo de cada caso) incluindo no currículo escolar, para que todas as possibilidades e limites da criança com deficiência fosse explorado e para que esta criança não continuasse na escola apenas como protocolo político, que regulamenta sua presença em sala, mas sim haveria uma aprendizagem verdadeira e significativa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental que o pedagogo perceba que as TAA trabalham diretamente com a concentração, memória e atenção além de em muitos casos controlar a agressividade, ou seja, o que é estimulado na terapia será refletido dentro da sala de aula, podendo transformar seu aluno com deficiência e excluído dos colegas em um aluno incluído, sociável e feliz.

Deixo claro aqui que as dificuldades impostas pelas Associações que aplicam as terapias e o total impedimento por estas em colaborar com uma pesquisa de campo dificultou o andamento deste trabalho. A autora se sente indignada com a falta de transparência destas Associações ao ponto de pensar que algo pode não estar de acordo ou até que pode estar acontecendo de maneira equivocada e o fato de ter alguém por perto que não é da Associação observando, estudando e de certa forma investigando soou de modo que possam ter se sentido acuados.

É importante considerar nesse trabalho que as TAA são alternativas e que apesar de seus inúmeros benefícios à saúde e educação, não pode ser tomada como verdade absoluta. Cada ser humano é diferente do outro e o que pode dar certo, com resultados positivos em uma criança pode não resultar da mesma forma em outra.

REFERÊNCIAS

AFTER Thomas. Dirigido por Simon Shore. Escrito por Lindsey Colina. Reino Unido: Beryl Vertue e Elaine Cameron, 2006. DVD (93 min.): son., color. Legendado.

ANIMAL ASSISTED THERAPY FOR SPECIAL NEEDS CHILDREN. Disponível em: <<http://www.equine-therapy-programs.com/special-needs-children.html>>. Acesso em: 13 maio 2013.

APAE ARAPONGAS. **Projeto de Cinoterapia ou Cão Terapeuta**. Disponível em: <<http://www.apaearapongas.com.br/pagina-Projeto-de-Cinoterapia-ou-Cao-Terapeuta>>. Acesso em: 22 maio 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA. **Equoterapia**. Disponível em: <<http://www.equoterapia.org.br/site/equoterapia.php>>. Acesso em: 01 maio 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. In: BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL. **Declaração de Salamanca** - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**. 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 05 jul. 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 05 jul. 2013.

BRASIL. **Política da Educação Inclusiva**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12345&ativo=711&Itemid=709>. Acesso em 20 abr. 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRITO, M. C. G. **As Contribuições da Equoterapia na Educação Inclusiva**. 2013.

CONVENÇÃO sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed. rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 24.

EDUCA MAIS. **Cinoterapia**. Disponível em: <<http://educamais.com/cinoterapia/>>. Acesso em: 22 maio 2013.

EQUOTERAPIA. **Fundamentos da Equoterapia**. Disponível em: <<http://www.equoterapia.org/fundamentos.asp>>. Acesso em: 03 maio 2013.

EQUINISMO. Disponível em: <<http://medicosdeportugal.saude.sapo.pt/glossario/equinismo>>. Acesso em: 03 set. 2013.

FABRIN, R. A. **A Cinoterapia**: Trabalhando as Funções Psicológicas Superiores dos Educandos com Deficiência Mental e Múltipla. 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-cinoterapia-trabalhando-as-funcoes-psicologicas-superiores-dos-educandos-com-deficiencia-mental-e-multipla/57226/>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

FRIEDMANN, E. The value of pets for health and recovery in: Waltham Symposium 20, 1990, Proceedings... Pets, benefits and practice. 1st European Congress of the British Small Animal Veterinary Association, Cheltenham, England: BVA Publications, p.8-17. In: MACHADO, J. de A. C. et al. Terapia Assistida por Animais (TAA). **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**. Garça, n. 10, jan./jun. 2008, p. 3.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Canil da PM auxilia no tratamento de pacientes com distúrbios na Apae-JP**. Disponível em: <http://www.pm.pb.gov.br/pagina_noticia_7276.htm>. Acesso em: 26 jul. 2013.

JACQUES. A. **Terapia Facilitada por Animal – Pet Terapia**. Disponível em: <<http://www.pedagogiaaopedaletra.com.br/posts/terapia-com-animais/>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LIMAS, D. **Os benefícios da Equoterapia para pessoas com deficiência**. Disponível em:

<http://vidamaislivre.com.br/especiais/materia.php?id=1574&/os_beneficios_da_equoterapia_para_as_pessoas_com_deficiencia>. Acesso em: 04 jun. 2013.

MANZO, A. J. Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanitas, 1971. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, M. F. Animais nas Escolas. In: DOTTI, J. Terapias e Animais. São Paulo: PC Editorial, 2005. 294 f. (Apêndice 3). In: CAPOTE, P. S. de O. **Terapia Assistida por Animais (TAA) e Deficiência Mental**: análise do desenvolvimento psicomotor. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2009, p. 44.

MARTINS, A. C.; BEERENDS, L. **Terapia Facilitada por Cães** – Cinoterapia. 2013.

MARTINS, A. C. **Cinoterapia**: benefícios da interação entre crianças e cães: depoimento. [23 de julho, 2007]. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/2007/06/23/cinoterapia-benef-cios-da-intera-o-entre-crian-as-e-c-es/>>. Acesso em: 25 jul. 2013. Entrevista concedida a Guaucielle Nunes Oliveira.

MARTIN, F.; FARNUM, J. Animal-Assisted Therapy for Children With Pervasive Developmental Disorders. Western Journal of Nursing Research. 2002. In: CAPOTE, P. S. de O. **Terapia Assistida por Animais (TAA) e Deficiência Mental**: análise do desenvolvimento psicomotor. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2009, p. 29.

MASCARENHAS. Â. M. D. de V. **Educação Assistida por Animais**: Intervenção em crianças com alterações de comportamento. Porto: 2010.

MENDES. Á. M. **Os benefícios da Equoterapia para crianças com necessidades educativas especiais**. 2008. Disponível em: <<http://www.equoterapia.com.br/artigos/artigo-09.php>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

OLIVEIRA, G. N. **Cinoterapia**: benefícios da interação entre crianças e cães. 2007. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/2007/06/23/cinoterapia-benef-cios-da-intera-o-entre-crian-as-e-c-es/>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

PROJETO PÊLO PRÓXIMO. **A Cinoterapia e a Terapia Ocupacional**. Disponível em: <<http://peloproximo.blogspot.com.br/2011/11/cinoterapia-e-terapia-ocupacional.html>>. Acesso em: 22 maio 2013.

PRATIQUE EQUITACÃO TERAPÊUTICA. **O que é?**. Disponível em: <http://www.equoterapia.com.br/o_que_e-definicao.php>. Acesso em: 01 maio 2013.

SILVA, C. M. B. L. **Atividade Assistida por Animais**: uma proposta de inclusão educacional com a utilização de animais de estimação. Brasília, 2011, p. 11.

- THIGPEN, S. E.; ELLIS, S. K.; SMITH, R. G. Special Education in Juvenile Residential Facilities: Can Animals Help? Louisiana Tech University. 2005. In: CAPOTE, P. S. de O. **Terapia Assistida por Animais (TAA) e Deficiência Mental: análise do desenvolvimento psicomotor**. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2009, p. 32.
- VACCARI, A. M. H. ALMEIDA, F. A. A importância da visita de animais de estimação na recuperação de crianças hospitalizadas. **Revista Einstein**, 2007; v. 5. n. 2, p. 111-116.

APÊNDICE

APÊNDICE A- Questionário aplicado durante a entrevista com a Psicopedagoga e a Enfermeira que utilizam Equoterapia, no Centro de Equoterapia da Polícia Militar.

1. Qual visão você tinha sobre as terapias com cavalos? E como vê hoje?
2. Desde quando você trabalha com a Equoterapia?
3. Como as crianças reagem diante do cavalo?
4. Consegue perceber as mudanças no comportamento social ocorridos nas crianças? Quais mudanças são mais consideráveis?
5. Com relação ao desenvolvimento cognitivo das crianças, é possível notar diferenças? Existe uma evolução no andar do tratamento?
6. Você tem conhecimento do desenvolvimento escolar de algum dos usuários, que você aplica a terapia? Se sim, como você pode descrever?
7. Acredita ser possível a Equoterapia, ser trabalhada associada às escolas de ensino regular?
8. Você considera a Equoterapia essencial no tratamento das crianças com deficiência? Se sim, por quê?
9. Com relação a evolução da criança após o início da terapia, existe algum fato ou história que você julga importante ser divulgado?
10. É possível afirmar que a presença do pedagogo, junto à equipe multidisciplinar que aplica a Equoterapia é necessária? Por quê?

ANEXO

ANEXO A: Reformulação da LDBEN de 1996

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.” (NR)

“Art. 4º

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

.....

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

..... ” (NR)

“Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de

classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

.....” (NR)

“Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.” (NR)

“Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

.....” (NR)

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (NR)

“Art. 30.

.....

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.” (NR)

“Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.” (NR)

“Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

.....” (NR)

“Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

.....” (NR)

“Art. 60.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.” (NR)

“Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

.....

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

§ 6º O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação - CNE.

§ 7º (VETADO).” (NR)

“Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas.

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.”

“Art. 67.

.....

§ 3º A União prestará assistência técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na elaboração de concursos públicos para provimento de cargos dos profissionais da educação.” (NR)

“Art. 87.

.....

§ 2º (Revogado).

§ 3º

I - (revogado);

.....

§ 4º (Revogado).

.....” (NR)

“Art. 87-A. (VETADO).”

Art. 2º Revogam-se o § 2º, o inciso I do § 3º e o § 4º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de abril de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF

Aloizio Mercadante